



**ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS**

**SUBSTITUIÇÃO DA FRAÇÃO DE CLASSE HEGEMÔNICA
A PROBLEMÁTICA NA POLÍTICA EXTERNA DO MÉXICO NO PROCESSO DE
ADESÃO AO NAFTA**

**Felipe Sonaglio
Lucas Ribeiro Mesquita**

Foz do Iguaçu
Ano

SUBSTITUIÇÃO DA FRAÇÃO DE CLASSE HEGEMÔNICA
A PROBLEMÁTICA NA POLÍTICA EXTERNA DO MÉXICO NO PROCESSO DE ADESÃO
AO NAFTA

Felipe Sonaglio
Lucas Ribeiro Mesquita

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas.

Orientador: Lucas Ribeiro Mesquita. (Doutor)

Foz do Iguaçu
Ano

FELIPE SONAGLIO, LUCAS RIBEIRO MESQUITA

SUBSTITUIÇÃO DA FRAÇÃO DE CLASSE HEGEMÔNICA
A PROBLEMÁTICA NA POLÍTICA EXTERNA DO MÉXICO NO PROCESSO DE ADESÃO
AO NAFTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas.

Orientador: Lucas Ribeiro Mesquita. (Doutor)

BANCA EXAMINADORA

Lucas Ribeiro MESQUITA

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, 27 de dezembro de 2021.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Felipe Sonaglio

Curso: Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(...X..) especialização	(...X..) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

TÍTULO DO TRABALHO ACADÊMICO: _SUBSTITUIÇÃO DA FRAÇÃO DE CLASSE HEGEMÔNICA : A PROBLEMÁTICA NA POLÍTICA EXTERNA DO MÉXICO NO PROCESSO DE ADESÃO AO NAFTA

Nome do orientador(a): Lucas Ribeiro Mesquita

Data da Defesa: 27 / 12 / 2021

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 27 de dezembro de 2021.


Assinatura do Responsável

RESUMO

A presente análise tem como objetivo de problematizar a política externa do México durante o governo do ex-presidente Carlos Salina de Gortari (1988-1994), entendendo a política externa como instrumento de poder e dominação, em face ao processo de adesão desse país ao NAFTA, nos anos 1990. Esse período foi marcado pela adesão do México a acordos internacionais por intermédio da implementação de políticas internas neoliberais, oportunizando movimentos como privatizações de empresas estatais, desregulamentação de políticas econômicas e reformas tributárias. O problema central dessa análise é responder de que modo os atores domésticos podem influenciar a política externa de um Estado em um determinado período, tendo como exemplo governo de Gortari como objeto de estudo dessa investigação. A presente pesquisa é fundamentada numa perspectiva marxista, embasada nas ideias de Nicos Poulantzas. Parte-se da hipótese de que a mudança da política externa do México durante o governo de Gortari, seja produto de questões domésticas relacionado com a substituição da fração de classe hegemônica no bloco de poder do México, nesse período. Com destino a responder essa indagação, se optou pela investigação de caráter qualitativo mediante a pesquisa bibliográfica da produção existente sobre esse tema no plano acadêmico. O resultado dessa pesquisa demonstrou, a partir da perspectiva baseada nas ideias de Poulantzas, como a substituição da classe hegemônica é capaz de redesenhar a política externa de um país em um determinado contexto. No entanto, as condicionantes externas oriundas da estrutura internacional também devem ser consideradas na análise de política externa. O fator internacional os elementos da disputa de interesses das frações de classe no cenário doméstico se traduzem em desafios para a compreensão desses processos na política externa, enquanto subárea das Relações Internacionais.

Palavras-chave: MÉXICO. NEOLIBERALISMO. POLÍTICA EXTERNA. AMÉRICA LATINA. BLOCO NO PODER. FRAÇÕES DE CLASSES.

SUMÁRIO

BANCA EXAMINADORA.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 POLÍTICA EXTERNA.....	14
2.1 A POLÍTICA EXTERNA E OS ANOS 90 NA AMÉRICA LATINA.....	17
2.1.1 O CASO DO MÈXICO	24
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta visa analisar a política externa do México, durante o governo de Carlos Salina de Gortari (1988-1994), tendo como destino a problematização das mudanças da elite dominante no bloco do poder e suas implicações. Com destino a responder essa problematização, opta-se pelo emprego de uma análise da política externa do México, a partir de uma perspectiva das Relações Internacionais (R.I) fundamentado nas ideias de Nicos Poulantzas¹. Dado que as mudanças de eixo no direcionamento da política externa no México, no início dos anos de 1990, esteja relacionado com o processo de ascensão de uma burguesia ligada aos interesses de capital estrangeiro.

As mudanças nas políticas do México nos anos de 1990, foram acompanhadas de reformas institucionais cujo o horizonte esteve relacionado com adoção de políticas neoliberais, abandonando, assim, a concepção de Estado desenvolvimentista. Como demonstra a CEPAL:

La Ley Bursátil de diciembre de 1989 amplió las posibilidades de acceso de los inversionistas extranjeros al mercado de valores con la creación de una nueva modalidad de inversión, el Fondo Neutro, que permitió a estos inversionistas adquirir acciones de la serie A.2 Con este fondo, los inversionistas extranjeros pueden adquirir certificados de participación ordinaria (CPO) que incorporan los rendimientos de las acciones, pero no los derechos patrimoniales. Hasta entonces sólo existían dos tipos de inversión extranjera en el mercado accionario mexicano: los fondos país —carteras de acciones de las empresas más representativas de la bolsa mexicana cotizadas en los mercados financieros externos— y las acciones de libre suscripción (o serie B). Estas acciones, que constituyen el mecanismo tradicional de inversión extranjera en el mercado accionario mexicano, mantuvieron su primacía incluso después de la creación del Fondo Neutro (CEPAL 2000, p. 54).

O acesso ao investimento estrangeiro no México nesse período, é marcado pela abertura comercial mediante a desregulamentação do mercado. Essas mudanças no plano econômico foram refletidas na política externa de Gortari, que por sua vez, passou a projetar a visão dos interesses de uma burguesia internacionalizada. Essas mudanças são ponto de partida para uma série de transformações em outros setores da política mexicana, como educação, infraestrutura acompanhadas da deterioração das relações de trabalho mediante ao aumento da exploração do trabalho humano. Diante dessas problematizações na política externa do México, é fundamental destacar que essas mudanças são acompanhadas pelo fenômeno da globalização, entendida nesta perspectiva de análise, como a generalização planetária do modo capitalista de extrair o excedente, baseado na relação capital- trabalho assalariado (ASTARITA, 2006).

A partir da perspectiva de abordagem de Poulantzas, visa-se demonstrar como política externa

¹ Nicos Poulantzas, não é um autor específico das Relações Internacionais. Mas o legado do autor na ciência política, foi resgatado posteriormente sendo utilizado por diversos autores para entender as relações internacionais, a partir de uma perspectiva analítica de viés marxista.

pode constituir-se como instrumento de manobra que reforça posições estruturais, reproduzindo condicionante como dependência e dominação. Analisar a adesão do México ao Nafta, a partir das ideias poulantzianas, possibilita compreender que o bloco no poder contradiz a ideia realista de que o Estado é um ator unitário.

Para compreender esses processos, é fundamental caracterizar a configuração do cenário internacional, e regional da América Latina nos anos de 1990, conceituando a natureza da política externa mediante ao surgimento de novos organismos internacionais que influenciaram essas políticas.

Em termos de justificativa analítica, a partir dos anos de 1990 é o momento marcado pelo fim da Guerra Fria, processos de redemocratização dos países latino americanos, constituindo-se como um marco temporal para a política externa desses países. Essa fase da política externa latino-americana, é assinalada pela idealização de como deveria ser as relações internacionais e o objetivo dessas relações. Mediante a solidificação da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), como superpotência para ordenamento do sistema internacional.

Esses acontecimentos uma vez projetado na escala de nível global, tornaram-se condicionantes que influenciaram o processo de redemocratização dos países latino americanos no término da Guerra Fria. Nesse contexto, uma ampla parcela dos governos dos países latino americanos retornou para o meio de organização político de via democrática. Contudo, num cenário onde não basta ser democracia, mas democracia de livre mercado. Esse elemento condicionou fatalmente a política externa dos países da América Latina a partir desse período, inclusive a do México.

Com destino a responder aos questionamentos que envolve a política externa do México durante o governo de Carlos Salina de Gortari (1988-1994), desenvolveremos uma breve apresentação do que se compreende como Política Externa, mediante a contextualização dos principais fatores que configuraram a conjuntura política e econômica na América Latina, nos anos 1990. Uma vez apresentado esses fatores, a presente investigação concentrou-se em desenvolver uma reflexão analisando especificamente a política externa do México, no processo de adesão ao Nafta. Demonstrando, assim, como essas mudanças esteve relacionado com o processo de ascensão no bloco de poder da política mexicana, ligada aos interesses do capital estrangeiro, como também, ilustrando como esses grupos dominantes que emergiram nesse período adotaram políticas que influenciaram a política externa com destino a responder seus interesses.

2 POLÍTICA EXTERNA

Compreender os processos que direcionaram a política externa mexicana, enquanto instrumento, para inserção do México com destino ao capitalismo de livre mercado perpassa pela conceituação do que se entende como política externa, suas características e os interesses que norteiam essas políticas. Ao longo dos anos de conceituação o termo, política externa, tem sido utilizado para se referir a diretrizes que um Estado tem em relação a outro Estado e atores.

Entretanto, a definição desse termo não se limita a políticas entre Estados. Ao longo da história, outras vertentes considerou a política externa como uma política pública, sendo uma política adotada pelo Estado em diversos campos, podendo, por exemplo, ser uma política para Educação, economia e industrial. Caracterizando, assim, um modelo de política externa direcionado para debates de âmbito nacionais.

O conteúdo da política externa é variável, sendo condicionado de fato ao interesse do Estado e derivam de um determinado grupo de interesse interno. Essa característica se constitui como uma questão central que configura uma forma de política governamentada, ou seja, o objetivo da política externa é relativo de acordo com os governos e o momento que o Estado se encontra. Além desses aspectos, a política externa envolve principalmente um processo decisório.

A partir dessa leitura podemos afirmar que a política externa também é uma política pública, ao passo que se observa no campo teórico uma reflexão amparada na ideia de que essas políticas deveriam ser debatidas a nível público, isto é, pela sociedade. Por outro lado, esse debate está muito mais relacionado com a condição de influência das dinâmicas políticas doméstica do que do seu caráter de debate a nível público.

A problemática da política externa como um debate público é refletido na discussão no âmbito da Política Externa, enquanto subárea das Relações Internacionais, sobre a maneira de como essa política deve ser desenvolvida. Apesar disso, o pensamento predominante é que a política externa é uma política de Estado, ou seja, é função do Estado estabelecer políticas para esse campo.

Desde modo, no que se refere a função geral do Estado, compreende-se que é fundamental retomar a concepção científica de superestrutura, demonstrando, assim, as questões internas envolvidas na estrutura do Estado que atribuem a ele o seu papel. Todavia, ao analisarmos o modo capitalista de produção se constata que ‘o Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social’. (POULANTZAS, 1977, p.42). Essa formação de coesão social assume um significado dentro desta logística como um instrumento regulador do equilíbrio do capital em quanto sistema. Observa-se assim, que o papel do Estado, bem como de suas instituições historicamente é relativo ao modo de produção de cada região e contexto.

Como o Estado tem legitimidade², a explicação da política externa pode ocorrer da observação do Estado e das suas nuances (disputas, mudanças de grupos decisórios). Essa característica que configuram o modo como o Estado opera perpassa por uma análise a partir do pensamento de bloco no poder. De acordo com Poulantzas (1977) o conceito de Bloco no poder se concretiza como uma característica específica do modo de produção capitalista, que está relacionado na relação que esse Estado possui com as classes e frações de classe dominantes. Como descreve Poulantzas:

Podemos estabelecer, nestas formações, a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p. 224).

Deste modo, a política externa é influenciada pelas disputas política que ocorrem internamente no aparelho do Estados, sendo, muitas vezes, um reflexo do poder de uma determinada classe que exerce hegemonia no bloco do poder. Em virtude destas características que “as tradições diplomáticas, o quadro institucional e as mudanças em política externa para que sejam compreendidas devem se inserir na relação entre as distintas classes sociais tanto no âmbito doméstico como internacional” (BERRINGER, 2014, p9).

No entanto, é necessário destacar que o modo como o Estado estabelece sus políticas não se limitam apenas as disputas que ocorrem entre as classes e frações de classes no interior do bloco no poder. Pois, o Estado e suas instituições exercem um papel de regulamentador social, tanto em termos jurídicos como nas relações de poder e dominação de uma classe em detrimento de outra.

As divisões internas, o funcionamento concreto de suas autonomias e o estabelecimento de sua política através de fissuras que caracterizam-no, não se reduzem as contradições entre classes e frações do bloco no poder: dependem da mesma maneira, e mesmo principalmente, do papel do Estado frente as classes dominadas. (POULANTZAS, 1980, p. 161).

A partir do entendimento de como a política externa opera enquanto instrumento de interesse, se constata que o campo doméstico da política externa demonstra que essa política é um braço de um determinado modelo de desenvolvimento, enquanto âmbito político de um determinado período histórico. Sendo assim, ela é uma consequência do reflexo de paradigmas vigentes que formulam a

² Na relação entre Estado e o isolamento da luta econômica de classe, a que finalmente se reduz a relação entre o Estado e as classes dominantes, tal como se encontra apresenta nas suas próprias instituições, essas distinção parece pertinente na medida em que corresponde a diferenciações das formas de legitimidade do Estado capitalista, e, por conseguinte, a diferenciação dos processos ideológicos complexos através dos quais esse Estado se apresenta como representativo da unidade do povo nação, e através dos quais age como fator de desorganização política das classes dominantes. (POULANTZAS, 1977, p.307).

identidade do tempo e espaço onde a mesma é desenvolvida e exercida.

Além dos fatores domésticos, a política externa ao longo da história foi moldada pela ordem assimétrica ao qual o Estado encontra-se inserido, assim, ela combina o sistema internacional de Estados e o capitalismo global, ou seja, as condicionantes externas. Desse modo, os países passam a projetar aquilo que tem como interesse, através da política externa, tendo como ponto de partida variáveis internas.

Com base nessas características, se destaca que a política externa atua como instrumento que potencializa o modelo de desenvolvimento, mediante as medidas empregadas no âmbito nacional e projetadas para o âmbito internacional. Essas medidas podem ser de natureza receptora, ou projetor, tornando-se mecanismo da projeção internacional do sistema de desenvolvimento interno. Essas condicionantes são motores que desenham a política externa, porém, a partir do âmbito interno desses países.

De acordo com Poulantzas (1986), a política externa é entendida como a projeção de interesse nacional a partir da fração no bloco do poder, em um determinado período histórico. Em cada contexto histórico, os grupos hegemônicos no poder expressam seus interesses e objetivos através da política externa. A ideia é que assim como no bloco no poder, na política externa também há disputa de interesses contraditórios.

Sendo assim, compreende-se o Estado como um aparelho dirigido pela classe ou fração hegemônica do bloco no poder: esta é que detém o poder político na relação com os dominados, poder exercido através do Estado. A este cabe a organização do próprio bloco através do equilíbrio instável de compromisso entre classes e frações de classe. (BERRINGER, 2014, p. 25).

Em contrapartida, enquanto se tem setores que são beneficiados com a política externa, há outros campos prejudicados. Principalmente em virtude dessa disputa no âmbito da política internacional entre esses setores e frações de classe de interesse. É fundamental destacar que nesse âmbito, o conceito de interesse nacional mascara os interesses privados (CASTRO, 2004).

A partir da perspectiva poulantziana para se compreender a política externa, nas relações internacionais, o conceito de interesse nacional cai por terra. Nessa abordagem, esse conceito não se sustenta em virtude do entendimento que a política externa é a projeção de interesses de determinada fração de classe que, por sua vez, é incorporado a ideia de interesse coletivo e interesse nacional. De antemão, o que existe são interesses privados de setores com atores que são hegemônicos em um determinado momento histórico.

Esse pensamento amplia o horizonte para se problematizar o conceito de interesse nacional, que é um termo chave no campo da política externa. Se houver comutação da fração hegemônica no

bloco no poder³, a mudança também na política externa. O interesse nacional, é a projeção do interesse de frações de classes projetadas por intermédio da instrumentalização da política externa. Nesse sentido, a ideia de interesse nacional, dentro de uma leitura marxista, é fortemente passiva de interpretação.

A partir da perspectiva da abordagem de poulantziana, o interesse nacional é entendido como uma fábula para a ambição de determinados setores específicos.

O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse corpo político‘ que seria a nação. (POULANTZAS, 1977, p. 119)¶

A abstração é que a política externa não poder ser entendida a partir do entendimento de uma política unitária, mas, ser compreendida a partir da disputa entre as classes dentro do Estado. Entende-se a política externa nas relações internacionais, a partir da vertente marxista, como uma arena de interesses de classes.

A partir da apresentação das ideias de Poulantzas para o entendimento de política externa visamos analisar a política externa do México nos anos que seguiram o processo de adesão desta país do NAFTA. Sendo assim, para se compreender os elementos que levaram a tomada de decisão no processo decisório da política externa mexicana, é fundamental contextualizar e analisar o que foi os anos 1990 na América Latina. Quais são os temas, as ideias forças e as relações políticas que de alguma forma trouxe substrato para questões ideológicas na política externa da América Latina, como também para o México nesse contexto.

2.1 A POLÍTICA EXTERNA E OS ANOS 90 NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, em todos os contextos históricos, os países compartilham processos estruturais. Esse dado é uma característica comum entre esses Estados. Ao longo da história, essa condicionante estrutural é materializada em políticas refletidas em forma explícitas de acordo com a especificidade de cada país. No momento em que se pensa o movimento do liberalismo, em países latino americanos como a Argentina, México, Paraguai e o Brasil, por exemplo, se observa que há diferenças entre esses atores, porém, se constata uma série de características estruturantes comuns entre esses países.

³ Bloco no poder seria a configuração das classes e interesses de classe, que tem interesse contraditório, que são contraditórios e que algum momento se une para ocupar o governo, ou poder em um determinado momento histórico (POULANTZAS, 1976).

Esse entendimento é fundamental para se analisar a política externa a partir desses processos na América Latina, no início dos anos 1990. Temas estruturais direcionados a análise de políticas, econômicas, processos políticos, processos econômicos apontam dados de compatibilidade entre esses Estados. No que se refere a exemplos de semelhança de processos históricos, podemos citar o processo de independência das colônias de 1820 até o fim de 1830, que se tornam independente na América Latina, a elevação da dívida externa desses países a partir de 1980-1990, como também o processo de abertura política e redemocratização que ocorreu nos anos de 1980-1990. Esses fatores demonstram que esses processos respondem a problemas de ordem estruturais, sendo heranças coloniais que chegam de modo similar, mas os resultados e explicações é correspondente a especificidade de cada país.

O término da Guerra Fria constituiu-se como um dos principais fatos históricos que introduziu a entrada para os anos de 1990, o fim do conflito bipolar ultrapassou o plano ideológico e teve na materialização da queda do muro de Berlim como marco central (FUKUYAMA, 1992). Em consequência desses acontecimentos, os Estados Unidos emergem no plano político, econômico e ideologicamente vitoriosos no conflito com a URSS. O cenário desenhado ilustrava o modo de produção capitalista como único caminho a ser seguidos pelos demais países em termos de ideológicos, econômicos e políticos baseados na democracia de livre mercado.

O cenário da década de 1990, se percebe a multiplicação de vários atores multilaterais, entre esses a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que surge para substituir o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Essa era uma organização criada pelos Estados Unidos, no fim de Segunda Guerra Mundial, para regularizar o comércio internacional e criar regras comuns para o comércio. Até a criação do GATT, cada país tinha uma relação comercial autônoma em relação há outros países. Ou seja, os países tinham taxas diferenciadas de acordo com relações comerciais distintas. O GATT surgiu no sentido igualar essas regras, posteriormente OMC também herda esses princípios para regularizar e estimular a liberação do comércio internacional.

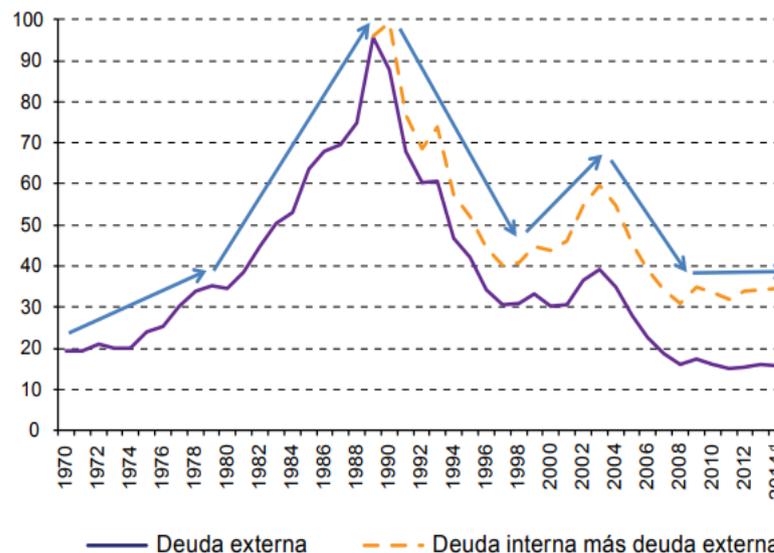
A União Europeia (UE), está entre as organizações que surgem nesse período. Esse organismo, emergiu substituindo a Comunidade Econômica Europeia tornando-se UE, em 1994. Esses organismos internacionais, possibilitou a construção de uma estrutura concretizada nos valores de livre comércio e de democracia como meios políticos referenciais e preferenciais. No plano econômico e político, a filosofia era que é necessário aderir aos novos desígnios da economia para se inserir na nova ordem internacional. Todos esses elementos, podem ser sintetizados no conceito de globalização.

No momento em que se reflete sobre os novos atores que surgem no pós Guerra Fria, na multilateralização das Relações Internacionais, novos organismos internacionais, economia de livre mercado, adesão a regimes transnacionais, adesão a organismos internacionais somados a fatores

culturais e ascensão das tecnologias que proporcionou redução das distancias, esses fatores que foram resumidos na ideia de globalização. Isso significa que ao pensar em globalização, deve-se considerar juntos a esses elementos apresentados a consolidação de um modelo político e econômico baseado no capitalismo democrático de livre mercado.

A projeção dessas ideias partidas do cenário internacional, refletiram em múltiplos planos nos países Latino Americanos, principalmente na esfera política e econômica. Entende-se que a década de 1980, na América Latina, em termos econômicos é conhecido como a década perdida. Uma das justificativas para esse pensamento encontra-se sobre a justificativa de que nesse período as dívidas externas dos países latinos americanos duplicam rapidamente em um curto espaço de tempo, chegando a quase a metade do PIB em alguns países. (CEPAL, 2015, p.6)

América Latina^a: deuda pública externa e interna con respecto al producto interno bruto, 1970-2014^{b c}
(En porcentajes)



Os dados da CEPAL ilustram através de gráficos a elevação da dívida externas dos países da América Latina nos anos de 1990. Esse problema está relacionado com alguns fatores de ordem internacional e domésticas. De ordem doméstica, se observa o esgotamento dos modelos econômicos e políticos nacionais desenvolvimentistas. Que é semelhante ao modelo econômico dos anos 1930-1980 no Brasil, onde o Estado financia e investe em indústria de base, indústria de transformação, setores estratégicos, investimento público por meio de empresas estatais (CERVO, 2005). Basicamente é um modelo onde o Estado exerce o papel de financiador da sua indústria nos mais variados setores.

Um dos desafios que justificam a crise do modelo desenvolvimentista na década de 1980, é a dependência do acesso a créditos no exterior, por parte desses governos. Esse problema era

compartilhado entre os países latinos americanos, principalmente nas décadas de 1970, dado que os investimentos internos desses governos tenham sido gerados a custo de empréstimos de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros organismos internacionais.

Em paralelo a esses acontecimentos, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon⁴, rompe unilateralmente com o sistema de Bretton Woods⁵. O sistema de moeda de troca dólar-ouro vigorou até meados de 1971, a partir desse período o dólar seguiu como a moeda de troca internacional, mas com o rompimento de Bretton Woods não havia mais a garantia que a mesma pudesse ser trocada por ouro. Essa estratégia no campo monetário, é um marco fundamental na materialização do imperialismo norte americano como Estado Hegemônico.

Múltiplos fatores expressam os motivos que tornaram o dólar como moeda de troca do sistema financeiro internacional, um deles é a hegemonia dos Estados Unidos enquanto potência econômica e financeira internacional a partir de 1980, inclusive em cima de seu maior rival, URSS. Compreender o contexto da Guerra Fria e seus reflexos é fundamental, dado que as disputas entre EUA e URSS dentro das décadas que envolvem esse conflito são indiferentes. Até os anos de 1960, esses blocos competem principalmente em termos de corrida militar, armamentista e espacial.

A partir dos anos de 1970 essas disputas passam a se concentrar no campo econômico, parte desse se converge em demonstrar qual o modelo econômico é mais eficaz e produz mais desenvolvimento, socialismo ou capitalismo? A hostilidade entre EUA e URSS ocorre num período em que os economistas denominam da primeira grande fase do neoliberalismo, em consequência da expansão das empresas multinacionais, principalmente estadunidense, para os demais países do mundo.

A expansão de capital financeiro para fora dos Estados nacionais tem como um de seus reflexos a demanda pela necessidade de uma série de transformações na política de Estados, devido problemática do cambio baseado no padrão dólar-ouro amparados no livre comércio que vai refletir na ordem internacional. De acordo com Mattke (2010), o rompimento dos EUA com Bretton Woods, faz com que os juros da dívida externa dos países endividados com o FMI e os EUA triplicasse a partir desse período.

A dependência financeira é o principal motivo que explica o fato dos países da América Latina engrenarem nos anos de 1990 completamente endividados em termos econômicos. Essa condicionante é essencial para se compreender a condição política desses Estados, nesse novo

⁴ Richard Nixon foi o 37º presidente dos Estados Unidos da América, exercendo seu mandato de 1969 a 1974.

⁵ . As conferências de Bretton Woods foram um conjunto de tratados no campo financeiro internacional criados com o fim da Guerra Fria, que estabelecia um novo padrão de conversão de moeda para o mercado. Antes dessa conferência utilizava-se o ouro como padrão de conversão de moedas, com Bretton Woods foi definido que o Dólar seria a moeda de troca do sistema financeiro internacional.

contexto. Nessa conjuntura, os Estados que estão passando por um processo de abertura política, retornando a ser democracias, porém, completamente submissos economicamente em relação a sua gestão econômica interna, necessitando renegociar as suas dívidas com os países credores.

O cenário ilustrado para os países da América Latina, nesse período, é a redemocratização, dívida externa, esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista aliado a transformação dos regimes políticos internos deixando de ser ditaduras e retornando ao modelo político democrático. A questão chave é compreender do porque o processo de redemocratização dos países na América Latina inicia paralelamente, em sua maioria, na virada das décadas de 1980 para 1990, pontualmente sobre o fim da rivalidade bipolar e na projeção do neoliberalismo enquanto forma de sistema econômico e político, demandando a operacionalização do capitalismo democrático de livre mercado.

O enfraquecimento do desenvolvimentismo justifica-se, do ponto de vista econômico, na ideia de que não é estratégico para as grandes multinacionais e empresas internacionais que a condição do cenário internacional seja moldada por economias funcionalistas. O modelo de economia funcionalista caracteriza-se por barrar a entrada e saída do capital, propiciando a proteção de lucro, proteção setores estratégicos como recursos naturais e telecomunicações. Todos esses setores eram, anteriormente, protegidos pelos Estados em uma ampla parte dos países da América Latina.

Com a difusão do neoliberalismo uma ampla parcela desses setores passa a ser privatizados na América Latina. Difundindo o pensamento de que o modelo nacional desenvolvimento é mais instrumental para a necessidade do capitalismo de livre mercado. Esse é um dos mecanismos empregados pelos EUA para influenciar na abertura no processo de redemocratização dos países latino americanos, bem como na confederação dos direitos humanos. A democracia de livre mercado é o sistema operante na nova fase do capitalismo internacional.

De acordo com Boron (2012), o processo de redemocratização dos Estados latino americanos ocorre dentro da chave marcada pela instabilidade econômica e necessidade de renegociar as dívidas externas, e amplamente influenciada pelas teorias de modernização baseado na lógica de que os esses países precisavam reformar as suas estruturas institucionais no aspecto fiscais, tributais, modernizar as políticas públicas, modernizar a forma com que o Estado intervém na economia tornando o Estado mais eficiente. Toda essa ideia é sintetizada nas teorias de modernização.

Na prática, essas vertentes representavam reformas, abertura econômica e desregulamentação do mercado. Essa características é fundamental no momento em que se pensa em abertura política na América Latina, que teoricamente fariam com que esses países tivessem autonomia no processo de tomada de decisão no plano interno e internacional, proporcionando o desenvolvimento da sociedade em outros níveis como civilizatórios, desenvolvimento de cidadania e políticas públicas. Esse pensamento encontrava-se composto nos valores do capital democrático.

Apesar disso, o modelo de democracia implantando a partir do fim do conflito bipolar na América Latina, foi cabalmente condicionado pela condição econômica desses países nesse período. Principalmente pela situação econômica de completa submissão em relação aos países desenvolvidos, e aos organismos internacionais. A redemocratização dos países latino americanos é condicionada mediante ao constrangimento desses países no sistema internacional. Essa características, abre margem para refletir sobre as especificidades de redemocratização latino americano, tornando inviável comparar o sistema democrático desses países com a democracia de Estado da União Europeia, e dos EUA por exemplo.

O modo como opera a lógica do neoliberalismo é desenvolver a condição de um Estado que deve criar políticas fiscais, trabalhistas, tributarias que facilitem o fluxo de capital de livre mercado gerando taxa de lucro, tendo o seu potencial de gastos públicos reduzidos ao básico. Nessa lógica, os Estados não devem ser hegemônicas em questões direcionadas aos gastos sociais.

Esse pensamento é produto da visão que foi posteriormente distorcida de que o Estado neoliberal é um Estado mínimo. Vale destacar que nesse plano, a função do Estado mínimo é condicionada para ser mínimo para os gastos sociais e máximo para questões de assegurar ganhos do livre mercado para o capital. Esse elemento maximiza o Estado enquanto promotor de ações em outros setores da sociedade civil, dado que esse fator se deve em virtude de ser justamente o Estado o centro decisório de mobilização política, que conduz e estimula as reformas necessárias para a expansão e consolidação do modo de produção capitalista no ambiente interno.

Esses processos refletiram na sistematização das mudanças necessárias para inserir as economias dos Estados Latino americanos na nova fase do capitalismo baseado de livre mercado, que, por sua vez, foi conduzida por governos influenciados pelos princípios neoliberais. Esses acontecimentos se traduziram em manobras estratégicas como privatizações de empresas estatais, reformas tributárias e reformas trabalhistas. Essas políticas foram conduzidas pelos Estados, desconstruindo a ideia de que o Estado neoliberal é mínimo em todos os aspectos.

Um dos elementos que deu legitimidade para a difusão dos valores neoliberais nos Estados latino americanos na década de 1990, é a leitura a partir da perspectiva liberal de que gastos em áreas sociais não poderiam ser vistos como investimentos. Essa logística perpetua nos governos da América Latina até meados de 2003, onde ocorre uma retomada da necessidade em investir em setores sociais em paralelo a ascensão de regimes de esquerda, como o lulismo no Brasil e o chavismo na Venezuela.

O neoliberalismo enquanto fenômeno de realidade aparece na América Latina no governo totalitário de Augusto Pinochet, no Chile, a partir de 1973. O Chile representa o primeiro caso de neoliberalismo no continente latino americano, sobe a condição de um governo militar (ALDUNATE, 1988). No mundo desenvolvido, o marco do neoliberalismo seria a Inglaterra, de Margaret Thatcher,

e nos EUA com Ronald Reagan. Esses governos são os primeiros fenômenos históricos de modelos político-econômico neoliberal.

Essas forças ideológicas projetadas em escala global, é materializada no conceito de globalização. Nessa perspectiva, esse termo se traduz na ampliação a níveis globais de democracia de livre mercado como paradigma a ser empregado. Na América Latina, essas demandas são difundidas e reproduzidas por meio do Consenso de Washington, formulado no final de 1989 (BANK WORLD, 2005). Nesse acordo participaram múltiplos países, entre eles Estados Latino Americanos, que foram para os EUA, em Washington, para renegociar suas dívidas com os EUA. Tentando, assim, buscar novos financiamentos para superar as crises econômicas decorrentes dos anos perdidos da década de 1980.

O processo de negociação de dívidas para esses países, foi negociado por intermédio da imposição de uma série de medidas que esses Estados deveriam superar. Essa é uma forma do FMI e do Banco Mundial em ser não apenas um credor, mas um mecanismo de normatização em termos políticos mediante a condição de empréstimos. Parte desses acordos foram abordados no Consenso de Washington, e colocadas em práticas a partir dos anos de 1990 pelos países endividados (RODRINK, 2006).

Uma das principais consequências dessas normativas impostas aos países da América Latina, sobre a condição de liberação de empréstimos para o pagamento da dívida externa, foi a possibilidade de empresas multinacionais terem acesso aos mesmos benefícios fiscais que somente empresas nacionais tinham anteriormente (CHANG, 2004). Diversas industriais, assumiram uma imagem nacional sobre a identidade real de empresa estrangeira.

O processo de abertura de campo para a instalação de empresas nacionais nos países Latino Americanos, ou mesmo os processos tributários que colocam empresas multinacionais na mesma condição de direitos que empresas nacionais, proporcionou um deterioramento de diversos setores de empresas nacionais nesses países. Fim das restrições aos investimentos estrangeiros, sobre a garantia do direito de propriedade.

Nesse contexto, os países latino-americanos obtêm empréstimos do FMI para o pagamento dos juros da dívida externa, em contrapartida o governo desses Estados compromete-se em responder as medidas estabelecidas pelo Consenso de Washington. Essa condição possibilitou aos países desenvolvidos um maior controle de mercado do território latino americano, como também um instrumento para colocar em prática as medidas neoliberais nesses países.

2.1.1 O Caso do México

Nos anos de 1990, o México e o Brasil eram vistos como as duas potências regionais na América Latina. Esses países eram semelhantes em diversos aspectos, entre eles níveis econômicos, plano industrial e taxa tecnológica amplamente semelhante durante esse período. A partir da entrada do México ao Nafta, esse Estado retrocede em termos econômicos, políticos e de projeção em relação ao Brasil nesse contexto se analisado no mesmo plano. Uma ampla parte das mudanças da política externa do México em relação a América Latina é fomentado nas políticas adotadas durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), que ficou posteriormente conhecido como um dos governos que mais representou a perspectiva liberal nesse período. De acordo com o The World Bank:

During the previous three decades, the countries of Latin America experienced unprecedented growth, diversification of production and expansion of infrastructure and human services. For example, Mexico's per capita GNP increased 150% between 1950 and 1980, and Brazil's 330%. By 1980, they ranked as two of the largest and most highly industrialized countries in the developing world. There was expansion of employment and education, improvement of health, nutrition and longevity, and there were large investments in infrastructure. In Brazil, Mexico and other countries of Latin America, the strategy of development had three fundamental elements. The first and foremost concerned the role of Government. Normal economic processes were accelerated by the Government's assuming a central role in stimulating and regulating economic activity, investing in economic and social infrastructure and often in direct production. (WORLD BANK, MEXICO CITY, 1990, p.2)

No momento em que se analisa a política externa do México, durante o período de Gortari se constata uma mudança completa da própria identidade do México. O governo mexicano passa a se recusar a identidade de Estado Latino Americano, se aproximando dos países da América do Norte (CORDERA CAMPOS e LOMELÍ VANEGAS, 2005).

Os processos que levaram a mudança da identidade mexicana são explicados pela adesão do México ao Tratado Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA), ⁶bem como ao direcionamento das políticas externa do EUA e do Canada, em 1994. Esse deslocamento da política externa mexicana, nesse contexto, provocou um alinhamento com a política do EUA para a região, que, por sua vez, limitou o México a adoção de políticas externas voltadas para conversão de países Latino Americanos (SILVA JÚNIOR, 2000).

A adesão ao Nafta significou, inevitavelmente, para o México, abrir mão de qualquer pretensão de liderar uma América Latina independente. O México agora já está para sempre debaixo do guarda-chuva estratégico da América, embora se ergam muros para separá-los. (KHANNA, 2008, pag. 168)

⁶ NAFTA é a sigla em inglês de North American Free Trade Agreement (Tratado Norte Americano de Livre Comércio). Esse acordo visava a integração econômica entre os países da América do Norte, tendo como facilitar a fluxo comercial através do livre mercado entre esses Estados.

Algumas questões estruturais são fundamentais para se analisar o governo mexicano em relação a sua política externa. A primeira problemática é a aproximação geográfica do país com relação aos EUA. Essa questão é reproduzida no discurso do ex-presidente do México Porfirio Díaz que afirma: pobre do México. Tão longe de Deus e tão perto dos EUA. Esse problema reflete a influência dos EUA no México, historicamente esse país perdeu uma ampla parcela de seu território para o país norte americano. Essas questões acabaram englobando no processo de formação do Estado Mexicano e desenhando fatores estruturantes e culturais que influenciaram a política externa mexicana ao longo dos anos, impossibilitando ao mesmo ignorar os EUA, seja em termos políticos ou econômicos.

A fronteira dos EUA com o México na América Latina, é reproduzida no subconsciente da memória coletiva da sociedade como sendo justamente a separação entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido. Essa simbologia se desenha como um tema mestre e é refletida na ideia do fluxo do norte para o sul, como transferência de tecnologia, capital, crime organizado. Nessa perspectiva, cabe a América Latina receber dos EUA e do Canada os insumos.

A formação coletiva do subconsciente presente na memória coletiva é um elemento que influencia nas condicionantes da política externa mexicana, ao longo dos anos, mediando as relações bilaterais entre o México e os EUA, até os dias atuais. Esses temas são recorrentes na política externa mexicana ao longo dos anos.

A virada da política externa mexicana a partir da adesão ao Nafta representa uma ruptura na tradição política a atuação na América Latina. Esse elemento se encontra presente no discurso do Word Bank quando o mesmo afirma que:

Mexico's recent experience in economic reform can serve as an example for other Latin American countries. It shows that where there is leadership and consistent commitment to adjustment and economic growth, the public will accept the essential but temporary sacrifices. ((WORLD BANK, MEXICO CITY, 1990, p.9)

Entretanto, o México é visto como uma força regional que historicamente se contrapôs as intervenções apoiadas pelos EUA, alguns exemplos disso são: Guatemala em 1954, república dominicana 1965 e o rompimento com Cuba. Nesse período, o México apresentou um posicionamento contrário a política externa norte americana. Em contrapartida, a partir de 1994 a política externa mexicana não tem mais essa postura em relação a intervenções, bem como a política externa norte americana, caracterizando, assim, uma mudança na identidade do México (SILVA JÚNIOR, 2000).

Quando se reflete sobre esses fatores do ponto de vista da política externa, percebe-se que esses elementos reforçam a ideia de que quando os atores mudam a formação de identidade também acompanha o mesmo movimento. No momento em que o México mantinha uma identidade latino-

americana, ele se posicionava com outras ações, a partir do momento que esse país passa a se identificar como pertencente a América do Norte, os seus interesses e ações para a política externa se modificam.

Os países latino americanos são identificados como países que não pagam as suas dívidas, ao longo dos anos de 1990, os países latino americanos e a partir de adesão do México ao Nafta passam a se distanciar do México e como também do estereótipo que esses países são mal pagadores. A partir desse momento que a ideia de América do Sul é criada, e é distanciada da América Latina.

Apesar desses fatores, assim como os demais países latino americanos o México termina os anos de 1980, completamente endividado no aspecto econômico. Nesse instante a dívida passa a ser levada em consideração, e torna-se um passo fundamental para esse país pensar no âmbito da sua política externa.

A questão da dívida externa serve como instrumento de opressão para que esses governos negociem políticas de modo que não supere as dívidas e aumente a relação dependência, aprofundando desigualdade social e baixo índice de desenvolvimento, nos países da América Latina.

A problemática da dívida externa é uma condicionável a-histórico aos países da América Latina, e ao passo de ser amplamente contemplado politicamente. A partir de 1982, esses elementos tornam o modelo nacional desenvolvimentista insuficiente para responder a nova fase de capitalista liberal, criando condições políticas por intermédio de uma alteração radical de organização que esses Estados passam a importar.

A partir disso, o México adere ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)⁷ e ao Nafta, em 1994. A política do governo mexicano passa a ser direcionada com destino a inserção do México a economia de mercado mundial. É fundamental destacar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁸, engloba países desenvolvidos. Porém isso não se constitui como barreira para a inserção do México em 1992. No momento em que o México é aceito como membro da OCDE, ele assume o critério à custa de abdicar da posição e benefícios do plano de comércio internacional direcionado aos países em fase de desenvolvimento.

Uma sequência de pontos da OMC propicia condições superiores para esses países competir com os países desenvolvidos. Almeida (2012) esclarece que seguramente essas normativas não oportuniza aos países não desenvolvidos crescer equivalente aos desenvolvidos, mas, ainda sim, permite uma margem melhor de desenvolvimento no âmbito de mercado internacional. No momento

⁷ GATT é a sigla em inglês para General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). O Objetivo desse órgão é promover o comércio internacional e reduzir barreiras comerciais. (MATTKE, 2010)

⁸ OCDE é uma organização internacional composta por países de democracia representativa e economia de mercado. Para ser aceito como membro da OCDE é necessário que o país tenha elevado Índice de Desenvolvimento Humano e PIB, sendo considerado país desenvolvido. (OCDE, 2010)

que o México abdicou a OCD, similarmente renunciou o direito dos benefícios econômicos da OMC para os países emergentes, passando a competir no terreno das potências de primeiro mundo.

O México incluído na política de adesão aos organismos internacionais, como também aos regimes liderados pelos EUA, passa a aderir a OCD e as normativas firmadas no Consenso de Washington. Em termos econômicos, o governo mexicano operou anexo a logística respaldado nos princípios de capitalismo de mercado neoliberal. Essas medidas se materializaram na mudança do eixo da política externa mexicana, se deslocando com destino a planejar políticas públicas amparados em regime de filosofia neoliberal.

Em termos de política externa, nesse contexto ocorre o processo de renegociação da dívida externa dos países latino americanos, entre eles o México, através do Plano Brady⁹. Recondicionamento do México abrindo caminho de livre comércio com vários países da América do sul, como Chile, Bolívia e Venezuela, tendo como principal fator para a projeção de livre mercado sobre a entrada do México no Nafta.

O Nafta em termos de integração regional representou, na década de 1990, o modelo a ser seguido pelos países da América Latina. Justamente por intermédio da projeção da filosofia de mercado para o plano econômico baseado na desregulamentação e abstrição de medidas protecionistas. No campo de integração regional, o Nafta passa a ser entendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁰ dentro da ideia de regionalismo aberto.

Ao pensar na adesão do México ao Nafta, a partir de um modelo de Estado burguês baseado nas ideias de Poulantzas. Isso permite refletir numa perspectiva de luta de classes onde as disputas no bloco no poder produzem reflexos no modo como esses processos se adequaram entre a política econômica e o modelo de desenvolvimento, projetado nos anos de 1990. O cenário estruturante enquadrou o modelo neo-desenvolvimentismo. Esse movimento de ação entre modelo de desenvolvimento e política externa, nesse período, é semelhante ao modelo de Estado Logístico conceituado por Cervo (2005).

No momento em que se analisa as relações internacionais de Estado a partir das contradições de bloco de poder. Essa ideia de bloco no poder seria a configuração das classes e interesses de classe, que tem interesse contraditório, que são contraditórios e que algum momento se junta na frente pra ocupar o governo ou poder em um determinado momento histórico. O bloco de poder é chave para o entendimento do que é o Estado, qual o conceito de Estado dentro de uma perspectiva planziana.

⁹ O Plano Brady foi criado pelo secretário do tesouro dos EUA, Nicolas F. Brady. Nesse acordo os países endividados compravam Bônus da dívida, possibilitando condições superiores no processo de renegociação de seus défices.

¹⁰ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros e ensar políticas de desenvolvimento econômico para a América Latina.

O movimento de direcionamento da política externa para os países desenvolvidos, especialmente a América do Norte, é produto de reflexos sociais e políticos a partir da luta de classes no que se refere as condições internas no México. A diferença das classes Estado, como a burguesia e a fração de classe hegemônica passa a organizar os interesses dessa fração no bloco de poder. Esses elementos possibilitaram ao governo de Gortari enquadrar suas políticas e transmitir seus interesses como se fossem interesses da vontade geral. Dado que o Estado é o espaço de função de determinado interesse de classe da burguesia, ao mesmo tempo em que organiza a hegemonia determinada por essas classes Poulantzas (1986).

Dentro das dimensões sociais e políticas, Marx chama de modo de produção, luta de classes, numa perspectiva poulantzianas não existe apenas burguesia e proletariado. Mas várias frações entre essas polaridades, ou seja, especificações dentro de uma mesma classe. Poulantzas (1986) traz o conceito de burguesia nacional, burguesia internacional e burguesia interna, para compreender como se desenvolveu as transformações na política externa mexicana durante o governo de Gortari é fundamental distinguir as classes e as condições internas que tornam o ambiente favorável para a consolidação dessas políticas.

A burguesia internacional seria um grupo que tem seus interesses e objetivos ligados ao capital externo. setores da economia com capital nacional e internacional mesclados. Empresas nacionais que atuam com capital no exterior. Burguesia com interesses que convergem como o interesse nacional.

A burguesia nacional, seria o setor que tem o capital nacional e que necessariamente nasce no território de um país. Não tendo influência de capital internacional, traduzidas basicamente para indústrias regionais. Poulantzas (1975) reforça que única burguesia que tem um caráter revolucionário, ou um papel ante hegemônico é a burguesia nacional porque ela brigaria pela defesa de seus interesses, proteção ao mercado através do estímulo do Estado a esses setores. Essa classe foi a menos beneficiada com a adesão do México ao Nafta.

Compreender as condições da burguesia nacional, durante os anos de 1990 no México, se encontrava enfraquecida economicamente e politicamente nesse período. O terremoto que destruiu a capital mexicana em 1985, como como a elevação da crise econômica interna mediante ao aumento da dívida externa formaram um pacote que enfraqueceu completamente essa classe. Não o bastante, todas essas transformações vieram acompanhadas dos decretos estabelecido no Consenso de Washington para os países endividados.

A onda de crise enfraqueceu a indústria nacional mexicana, e conseqüentemente a fração de classe burguesa nacional que defendia os interesses nacionais no bloco de poder do Estado. A ausência de recursos econômicos para essa burguesia tornou o México vulnerável aos interesses externos,

especialmente da burguesia externa.

Nessa ótica, a Burguesia externa é entendida como as empresas multinacionais que se instalam dentro do território nacional, porém com capital financeiro internacional, ou seja, setores da economia ligados a outros setores que não são nacionais. No decorrer da crise econômica mexicana nos anos de 1990, essa classe burguesa emergiu em um curto espaço de tempo em a burguesia nacional e internacional do México nesse período. Esse processo de ascensão possibilitou a essa classe projetar seus interesses no bloco de poder do Estado mexicano, sendo o governo de Gortari produto da projeção desses interesses.

São muitos os motivos que levaram ao processo de ascensão da burguesia externa no México na virada das décadas de 1980 para 1990. Além dos que foram descritos acima, podemos destacar a problemática de aproximação fronteiriça do México em relação aos EUA. Esse ambiente formulou condicionantes atrativas para instalação de empresas multinacionais norte americanas no território do México, mas que tiveram como destino o mercado consumidor da América do Norte, entre as Maquiladoras estão entre as categorias de empresas que emergiram no México nesse período, mediante as políticas tributárias implantada por Gortari com base na adesão desse país ao Nafta.

Nessa perspectiva, o NAFTA represente a manutenção da fronteira entre o mundo desenvolvido e não desenvolvido. Apesar das políticas de Gortari de livre mercado, e da transição identitária mexicana de latino americano para norte americano, o México continuou sendo visto como latino americano. Dado ao enfraquecimento da burguesia nacional que não conseguiu projetar seus interesses frente aos interesses da burguesia externa no bloco de poder mexicano, nesse período. A integração regional operou em setores específicos, e teve como principal objetivo a busca por matéria prima e mão de obra barata mediante a reformas tributárias que beneficiaram empresas estrangeiras ligadas ao capital externo.

Essa ideia de fração de classe é o que faz a decomposição entre a classe proletariado e burguesia, diferenciando agentes políticos e econômicos dentro dessas categorias maiores. As disputas entre os interesses nacionais da burguesia mexicana e os interesses ligados ao capital de livre mercado estrangeiro tiveram como palco o Estado, porém se desenvolveram no âmbito interno do bloco no poder da política mexicana.

O conceito de bloco no poder foi desenvolvido por Poulantzas (1975). E caracteriza o bloco no poder como uma constituinte unidade contraditória das classes e frações dominantes. A unidade é dominada pelas classes ou frações de classe hegemônica, ao passo que o bloco no poder é o aglomerado de frações de classes, que um determinado momento histórico passa a ocupar o poder, especialmente o poder político.

Interiormente ao bloco no poder mexicano subsistiu frações de classes, com interesses

contraditórios. A vontade que manifestada pelo Estado, corresponde ao interesse da fração classe hegemônica. O Estado e a política refletem os interesses da fração de classe hegemônica. A política externa de Gortari, bem como a adesão ao NAFTA é reflexo da ascensão da classe burguesa de interesse ligados ao capital estrangeiro.

As frações de classe se alteram de acordo com a posição que ocupam no processo de produção, ou seja, de acordo com a conjuntura econômica e política externa e interna determinada pelas frações de classe com mais poder que outro dentro do bloco no poder. E elas são substituídas. Nessa perspectiva o Estado, é o ambiente onde tem a unidade contraditória da burguesia.

De acordo com Poulantzas (1986), apesar das frações de classe ter interesses que são divergentes, essas têm alguns interesses que são comuns a todas as classes burguesas. Esse interesse comum todos é o que compõem justamente a unidade contraditória no papel do Estado. Por mais que uma determinada burguesia tente representar seus interesses em detrimento de outros grupos de interesse, todos eles têm no Estado os padrões de políticas mínimos para as relações capitalistas. Esses elementos são de pontos comuns nas frações de classes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que se problematiza o processo de adesão do México ao Nafta, numa perspectiva de abordagem Poulantzas (1975) se observa que no interior do bloco no poder mexicano, no governo de Gortari, adveio um processo de ascensão da burguesia externa, com interesses de exercer atividades no território do México, porém, com interesses ligados ao capital estrangeiro.

No período dos anos de 1990, a burguesia externa conseguiu projetar seus interesses no bloco no poder, empregado como principal instrumento a política externa de Goulart. A via utilizada por essa fração de classe demonstra o quando que a política externa se constitui como elemento que potencializa a ação do Estado em relação a expansão do capital. Esse problema vai de encontro a ideia de que o neoliberalismo é uma política de Estado mínimo, demonstrando, assim, que um estado liberal pode ser amplamente atuante no que se refere a ganhos e a projeção de interesses ligados ao capital.

Como demonstrado a burguesia externa emerge no México de forma desigual em relação as demais frações de classe, burguesia interna e internacional. A principal consequência desse fator é o movimento de privatizações mexicano como, por exemplo, instalação de empresas estrangeiras, especialmente Maquiladoras, reformas fiscais e tributárias. Essa série de mudanças atribuiu direitos a empresas estrangeiras que antes eram direcionados apenas para empresas nacionais. Essa fração de classe de interesse externo é a fração de classe dominante durante o governo Gortari. Tendo mais benefícios políticos, econômicos, e ao maior acesso ao processo de tomada de decisão no poder através da política externa de Gortari, em detrimento de outras classes dominantes naquele período.

No momento em que Goulart adere ao Nafta, o México passa a ter uma política externa voltada para países desenvolvidos. Essa política externa era direcionada para alcançar os padrões que os países hegemônicos exigiam naquele momento. A partir de uma perspectiva poulantziana, se considera que houve a mudança no interior do bloco no poder do México. Em virtude, principalmente, do enfraquecimento da burguesia nacional mexicana enfraquecida nesse cenário.

Essa fração de classe nacional perde força, e é substituída por outra burguesia hegemônica. A partir dessa perspectiva, a mudança da fração de classe durante o governo de Gortari é o que explica a transformação da política externa na década de 1990. No momento em que se determina cada fração de classe num período, é justamente o contexto econômico, político e externo de cada momento.

A mudança de frações de classe acompanha as transformações econômicas e políticas de cada contexto histórico. A ideia de Poulantzas (1986), de se entender o bloco no poder, como também a política externa é justamente combater a ideia realista de que o Estado é um ator unitário. Dentro do bloco no poder, ou seja, desse conjunto de força e de classe que assume o poder político em um

determinado momento histórico, existe frações de classe que tem interesses que são divergentes. E essas classes disputam politicamente para que seus interesses se sobreponham ao outros.

Isso é fundamente para o entendimento da política externa a partir de uma visão mais complexa. A indústria nacional mexicana não teria condição de competir com a norte americano. Porém, as crises econômicas no México na década de 1980, tiveram como consequência a substituição da classe hegemônica mediante ao enfraquecimento da burguesia mexicana ligados aos interesses nacionais.

Diante disso, consideramos que essa condicionante criou o ambiente favorável para a representação de interesses no bloco no poder do Estado mexicano vinculados aos interesses da burguesia externa, esses movimentos vão ser materializado no governou de Gortari por intermédio da implementação de políticas neoliberais direcionado aos interesses de grupos internos ligados ao capital estrangeiro, sendo o NAFTA o passo fundamental para a legitimidade desses processos.

REFERÊNCIAS

- Astarita, R. (2006): **Valor, mercado mundial y globalización**, Buenos Aires, Kaicron.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas; SANTOS, João Diógenes Ferreira. **Estado, Políticas Públicas e Capitalismo: múltiplas interpretações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.
- AMARAL, Oswaldo E. **O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais**. cadernos cemarx, nº 4, 2007. pag 125- 135.
- ALDUNATE, Arturo Fontaine. **La historia no contada de los economistas y el Presidente Pinochet. Santiago do Chile: Zig-Zag, 1988.**
- BORON, A. A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Tradução de Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise—1919-1939**. Brasília: UnB, 1981.
- CEPAL. **Panorama Fiscal de América Latina y Caribe de 2015**. Dilemas y espacios de políticas. Naciones Unidas, Cepal. 2015, p.9
- CERVO, Amado Luiz. **Política exterior do Brasil: o peso da História**. Plenarium. Política Externa. Câmara dos Deputados. Ano II, n. 2. 2005.
- CASTRO, Flávio Antônio de. **“O Estado do modo de produção capitalista em Poulantzas e Miliband: conXito ou complemento?”**. In: Cadernos Cemarx, Campinas: Cemarx/IFCH/Unicamp, n.1, 2004.
- CASTAÑEDA, Jorge G.; HEREDIA, Carlos. **O México e o Nafta: é possível propor outro acordo de livre comércio?** *Revista Política Externa*, vol. 2, nº 1. São Paulo, p. 70-90, jun./Jul./Ago. 1993.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- CORDERA CAMPOS, Rolando; LOMELÍ VANEGAS, Leonardo. **Avaliação das mudanças estruturais no México (1982-2004)**. In: DUPAS, Gilberto (coord.). **América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.
- HERZ, John. **“Idealist Internationalism and the Security Dilemma”**. *World Politics*, v. 2, n. 2, p. 157-180, 1950.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. RODRIK, Dani. **Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?** Harvard University, January 2006.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971

MATTKE, Marcos V. **O Acordo Geral de Tarifas e Comércio e a construção da hegemonia político-econômica dos EUA após a II Guerra Mundial (1947-1994)**. Monografia: UniCuritiba: 2010.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, 2003.

OCDE. **Where: Global Reach: Member Countries**. Disponível em <<http://www.oecd.org/about/members-and-partners/>> Acesso em outubro de 2019.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo: Impérios e influência na nova ordem global: tradução de Clóvis Marques**, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SILVA JÚNIOR, Ari Ramos da. **Neoliberalismo na América Latina: O processo de ajuste da economia do México no período 1982 a 1987**. 2000. Tese de mestrado Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2000.

World Bank, **ADJUSTMENT AND GROWTH IN LATIN AMERICA**. Washington, DC, World Bank, Mexico City, Mexico January 24, 1990.

_____. **Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform**, Washington, DC, World Bank, 2005.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Reading, Mass.: Addison- Wesley, 1979.